

Ouvidor recebe até mensagens "divinas" para Sarney

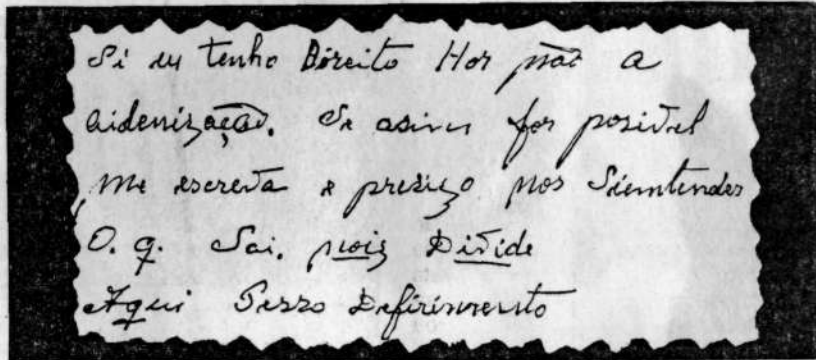
Simone Salles

BRASÍLIA — Todas as tardes, um discreto funcionário do Palácio do Planalto afrouxa a gravata e "abre seus ouvidos", gratuitamente, a toda sorte de pedidos, sugestões e críticas do povo brasileiro: aumentos salariais, liberação de aposentadoria, empregos no serviço público, mensagens telefônicas "divinas" para o presidente José Sarney, protestos contra a construção da Ferrovia Norte-Sul, indicação para o cargo de "ministro das Comunicações Telepáticas" e até pagamento de cirurgia para correção de micropenia (atrofiação do pênis).

O que este pacato funcionário, o consultor jurídico Sebastião Batista Afonso, não sabia, quando aceitou, há seis meses, ser o novo ouvidor-geral da República, é que teria de escutar, ler e, principalmente, conviver com o conceito formado pela nação sobre a lisura dos homens públicos. Um cidadão, em que a caligrafia rude e os erros ortográficos denunciam sua condição humilde, pede o pagamento de uma indenização trabalhista e promete como recompensa ao ouvidor: "O q. sai. noiz diáide".

"Poderes telepáticos" — Pela manhã, o advogado Sebastião Afonso exerce as funções normais de assessor do consultor-geral da República, Saulo Ramos, recebendo o salário de CZ\$ 200 mil. À tarde, ele prepara o espírito e enfrenta uma situação inusitada em seus 56 anos de vida tranqüila — assumir o papel estilizado de psiquiatra da nação brasileira. Ele sabe que, ao esperar o elevador do edifício-sede do Banco do Brasil — que o levará ao 18º andar, onde funciona o escritório da Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão (Codici) — poderá esbarrar no aposentado, que reivindica sua nomeação como "ministro das Comunicações Telepáticas". E o argumento usado por ele é irresistível, pois, como possui poderes telepáticos, "certamente" resolverá todos os problemas das comunicações do país. Para "ouvir" isso, Sebastião Afonso nada recebe.

— Ele costuma dizer que até deixará o ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, trabalhar como seu assessor. Mas o cargo, por direito, é dele. Dá de tudo aqui; o jeito é ouvir — resigna-se, bem-humorado. Em alguns



Na carta cheia de erros, a oferta de uma comissão

casos, o termo ouvidor é usado literalmente. Todas as semanas, Sebastião Afonso recebe uma ligação de Santa Catarina: é a sacerdotisa Jussara, que transmite "mensagens divinas" para o presidente José Sarney. Suas recomendações vão desde uma simples dieta alimentar até a troca de ministros. Cordato, o ouvidor da República não se importa em ser o *cavalo* (como são chamados os que recebem mensagens do Além, na umbanda e candomblé) da franco-atiradora religiosa, que lhe garante ter sido encarregada pelos deuses de cuidar da saúde do presidente e ajudá-lo a administrar o país.

Mas nem todos os pedidos, sugestões e críticas são mediúnicos. Um cidadão, mais preocupado com a saúde do povo brasileiro, escreveu recomendando o uso de choques elétricos no tratamento dos aidéticos. "Comigo, dá certo para qualquer doença", garantiu. O Codici, pelo decreto 93.714, que o criou em 15 de dezembro de 1986, está proibido de divulgar o nome de quem lhe pede intermediação. O sigilo deu segurança e estímulo a um dentista português, naturalizado brasileiro e residente em Salvador, para contar sua "história de sofrimento intolerável".

O dentista nasceu com micropenia e pede, sob ameaça de suicídio, que o ouvidor obrigue a algum médico a realizar uma cirurgia, ligando as veias do abdômen ao pênis. Para ele, uma irrigação sanguínea adicional resolveria seu pequeno, mas intolerável problema. "O que eu posso fazer, diante de uma situação dessa", exime-se, constrangido, Sebastião Afonso. Há, também, os paranóicos

que, sentindo-se ameaçados por tudo, chegam a imaginar terríveis complôs internacionais contra o Brasil. É o caso de uma senhora paulista que, numa carta, alerta o ouvidor da República para o perigo de fanáticos psicopatas, encarregados de destruir a mente dos brasileiros com lavagens cerebrais. Todos agentes comunistas.

Meias arriadas — Nem mesmo o nome de batismo da atual moeda brasileira passou incólume pelo Codici. Um senhor baiano, repleto de indignação cívica, protestou contra o nome cruzado. "Se não querem voltar ao antigo conto, sem o réis, pelo menos dêem outro nome, que não signifique sacrifício", pediu. A Ferrovia Norte-Sul não poderia ficar de fora dos arquivos da Codici: embora todos se lembrem das contundentes críticas, ninguém sabe de cabeça os números dos processos nos quais foram arquivadas. "Dá um trabalho procurar, só com muito tempo", disse a assessora Olga Tamm Sakkis.

— Faz parte do trabalho do ouvidor receber esse tipo de carta. Se houver alguma procedência, encaminhamos às autoridades e departamentos competentes — explicou o ouvidor geral da República. "A missão está cumprida", acredita. Mesmo que o trabalho resume-se a contemporizar com um enfurecido torcedor, que os jogadores das seleções brasileiras, seja a de vôlei ou futebol, podem atuar em campo com as meias arriadas e as camisas fora dos calções e que a deslealdade eventual, durante os 90 minutos de um jogo, do atleta da seleção amadora de futebol, Douglas, não significa, necessariamente, um "cafajestismo".

Aposentados são os mais insatisfeitos

Brasília — Protásio Nêne

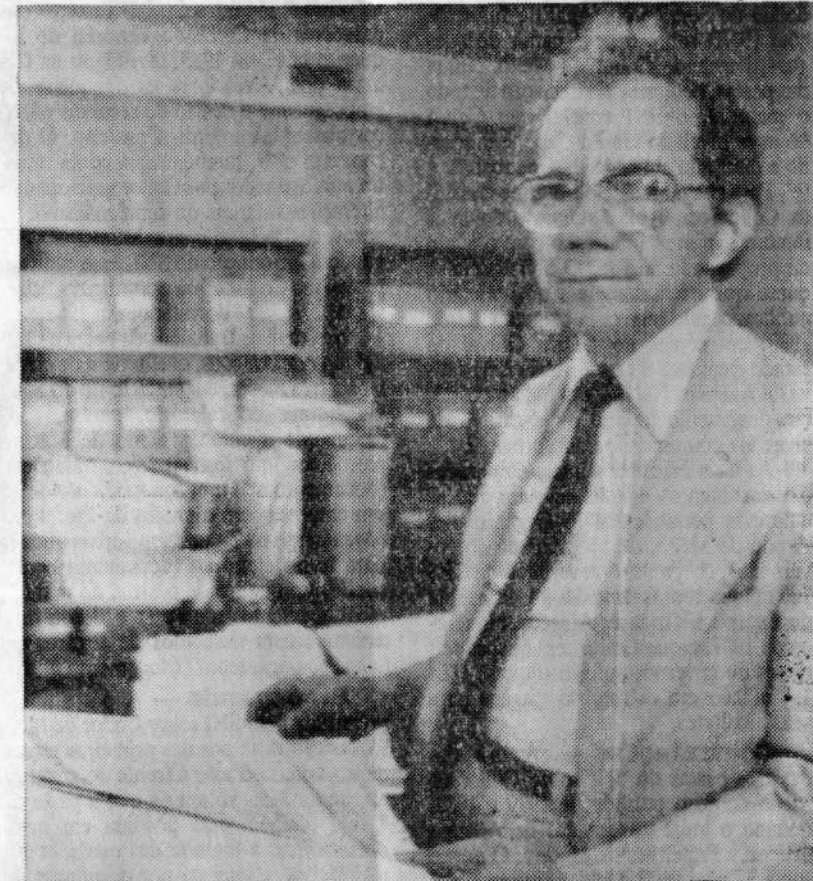
BRASÍLIA — Mas, nem só de atuar como o terapeuta-mor do sanatório geral brasileiro vive o ouvidor geral da República. Ele também se traveste na figura do padrinho da nação, resolvendo desde pedidos de internação hospitalar, a liberação de presos, e mudança do horário bancário em todo o país. A legião de aposentados aproveitou os dias ociosos de 1987 e colocou o Ministério da Previdência e Assistência Social no topo do ranking da insatisfação nacional. Sem falar, é claro, da política salarial do governo.

Das 9 mil cartas, que resultaram na abertura de 7.216 processos — dos quais 3.900 encerrados e 3.256 ainda pendentes — 80% são denúncias contra o valor, e, principalmente, a pontualidade no pagamento dos benefícios da Previdência. Com uma personalidade radicalmente oposta à de seu antecessor, o atual governador do território de Fernando de Noronha, jornalista Fernando César Mesquita, o ouvidor prefere trabalhar silenciosamente, sem alardes ou publicidade, e sem atuar diretamente junto às autoridades questionadas pelo povo, como fazia Fernando César.

— O Ministério da Previdência é o recordista, em seguida vem o serviço público, em geral, e depois o sistema financeiro de habitação — explicou, por trás das grossas lentes corretivas para os seis graus de miopia que carrega desde os sete anos de idade.

Discreção — Ele adotou, como norma de trabalho, os trâmites burocráticos. Mais lentos que os famosos telefonemas de seu antecessor aos ministros, porém, com resultados mais eficientes. Ao menos, essa é a opinião do novo ouvidor que, de tão discreto, poucos sabem em Brasília da sua existência à frente do Codici. Até nos programas de lazer, o antigo e o atual ouvidor diferem. Enquanto Fernando César relaxava suas tensões, nos finais de semana, em extravagantes vôos rasantes de ultraleve sob os céus da capital federal, Sebastião Afonso ocupa os sábados e domingos com a leitura das pilhas de cartas, que chegam a cada semana.

— É preciso fazer um rastreamento,



Muitas cartas que Afonso recebe são impublicáveis

justificou. Acrescenta que muitas não são da competência do Codici, que só resolve questões na área federal da administração pública". Um dos casos solucionados, que ele orgulha-se em contar, é a mudança do horário bancário. "Recebemos tantas cartas protestando, que decidimos intervir", contou. O Codici remeteu o problema ao presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que atendeu o pedido de modificação, colocando-o ao gosto do povo.

Outros casos, fora da área federal, também foram resolvidos. A localização de seu filho, preso ilegalmente pela polícia de Recife. A carta foi enviada ao Juiz

de Direito da 1ª Vara Criminal da capital pernambucana, que a usou como habeas corpus para a libertação do rapaz.

Outra classe de reclamantes assíduos, é a dos segurados da Previdência Social. Só que essas cartas o ouvidor não mostra — por decoro. Os termos usados, normalmente, pelos aposentados na qualificação do ministro da Previdência e do próprio governo, para Sebastião Afonso, são impublicáveis. Uma dessas cartas, solta sobre a mesa de sua assessora Olga Tamm Sakkis, só poderia pelos critérios do ouvidor, ter publicadas duas palavras: "esmola e desgraçado". (S.S.)